

PROCESSO TCE N° 124.321

ENTIDADE: Banco do Estado do Acre S/A - Banacre

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas do Banco do Estado do Acre S/A - Banacre, referente ao exercício de 2016.

RESPONSÁVEL: Maria Lídia Soares de Assis

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

ACÓRDÃO Nº 11.096/2019

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. BANCO DO ESTADO DO ACRE. REGULARIDADE. ARTIGO 51, I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 38/93. NOTIFICAÇÃO

Constatada a regularidade das contas apresentadas, nos termos da Lei n. 4.320/64, e, ainda, na Resolução n. 87/2013, do Tribunal de Contas do Estado do Acre, aplica-se o artigo 51, I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1) APROVAR a PRESTAÇÃO DE CONTAS do BANCO DO ESTADO DO ACRE S/A - BANACRE**, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade da **SRA. MARIA LÍDIA SOARES DE ASSIS**, considerando-a **REGULAR** e **2) ARQUIVAR** o feito, após as formalidades de estilo.

Rio Branco - Acre, 24 de janeiro de 2019.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**
Presidente do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

SÉRGIO CUNHA MENDONÇA
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 124.321

ENTIDADE: Banco do Estado do Acre S/A - Banacre

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas do Banco do Estado do Acre S/A - Banacre, referente ao exercício de 2016.

RESPONSÁVEL: Maria Lídia Soares de Assis

RELATORA: Cons.^a Dulcinéa Benício de Araújo

RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Prestação de Contas do **BANCO DO ESTADO DO ACRE S/A - BANACRE**, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade da **SRA. MARIA LÍDIA SOARES DE ASSIS**¹.
2. Em 25 de abril de 2017, as contas foram enviadas eletronicamente à esta Corte, o que evidencia a tempestividade de ingresso do feito, nos termos do artigo 2º, II, fº, da Resolução-TCE n. 87, de 28 de novembro de 2013³.
3. Consoante estabelece a Portaria n. 59, de 26-03-2008, que define a tramitação dos processos no Tribunal, houve a autuação, o registro e a distribuição por parte da SECRETARIA DAS SESSÕES (fl. 2) e o encaminhamento à DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - DAFO, que se manifestou, por meio da 3ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, considerando **regulares, com ressalva**, as contas apresentadas pelo **BANCO DO ESTADO DO ACRE S/A - BANACRE** (fls. 22/35).
4. Em obediência ao previsto no artigo 57, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, bem como aos princípios do contraditório e da ampla defesa, foi realizada a citação da Gestora⁴, que apresentou esclarecimentos às fls. 44/61, tendo a 3ª INSPETORIA

¹ Liquidante;

² Art. 2º Os responsáveis pelos poderes, órgãos/entidades mencionados no artigo anterior, deverão apresentar as respectivas Prestações de Contas, constituídas de todos os documentos pertinentes, especificados nos Anexos I a VIII do Manual de Referência, além das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais, respeitando os prazos dispostos e a forma estabelecida nos parágrafos deste artigo.

II – até o primeiro dia útil do mês de maio do ano subsequente ao exercício findo:

f) Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado e Municípios;

³ Art. 20 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução TCE-AC nº 062, de 18 de julho de 2008, a Resolução TCE-AC nº 069, de 10 de novembro de 2011, e a Resolução TCE-AC nº 074, de 12 de julho de 2012, para as prestações de contas referentes a exercícios posteriores a 2013.

⁴ Realizada no dia 11 de setembro de 2018, por meio do Diário Eletrônico de Contas n. 938 (fls. 39/41); Processo TCE n. 124.321 (Acórdão n. 11.096/2019/Plenário)

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

GERAL DE CONTROLE EXTERNO emitido Relatório Técnico Conclusivo (fls. 67/70), considerando regular a prestação de contas em análise.

5. Encaminhados os autos ao MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL, o i. Procurador-Chefe Dr. Sérgio Cunha Mendonça manifestou-se pela regularidade das contas apresentadas, com fundamento no artigo 51, I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93 (fl. 75).

6. É o Relatório.

7. Rio Branco, 24 de janeiro de 2019.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

PROCESSO TCE N° 124.321

ENTIDADE: Banco do Estado do Acre S/A - Banacre

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas do Banco do Estado do Acre S/A - Banacre, referente ao exercício de 2016.

RESPONSÁVEL: Maria Lídia Soares de Assis

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):

1. Tratam os autos da Prestação de Contas do **BANCO DO ESTADO DO ACRE S/A - BANACRE**, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade da **SRA. MARIA LÍDIA SOARES DE ASSIS**, a qual será analisada em consonância com as previsões contidas na Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 e Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e, ainda, na Resolução n. 87/2013, desta Corte de Contas.

2. Nesse caminho, passo à análise dos dados insertos no processo:

a) a **PRESTAÇÃO DE CONTAS** foi elaborada em consonância com a Lei Complementar n. 101/2000, Lei n. 4.320/1964 e com a Resolução-TCE n. 87/2013, tendo sido encaminhada tempestivamente e com a documentação necessária ao seu processamento (Anexo X do Manual de Referência, 3ª edição);

b) o **ROL DE RESPONSÁVEIS** pelo Órgão foi devidamente encaminhado, conforme o previsto no artigo 8º da Resolução-TCE n. 87/2013⁵, ressaltando-se que houve a indicação do profissional da área de contabilidade, responsável pela elaboração dos

⁵ Art. 8º Serão considerados responsáveis, para efeito desta Resolução, quando cabível:

I – o ordenador de despesas;

II – o dirigente máximo do poder, órgão ou entidade;

III – os membros de diretoria;

IV – os membros dos órgãos colegiados responsáveis por ato de gestão, definidos em lei, regulamento ou estatuto;

V – os membros dos conselhos de administração, deliberativo ou curador e fiscal;

VI – o encarregado do setor financeiro ou outro corresponsável por ato de gestão;

VII – o encarregado do almoxarifado ou do material em estoque;

VIII – o encarregado do depósito de mercadorias e bens apreendidos;

IX – os membros dos colegiados do órgão ou entidade gestora;

X – o profissional da área de contabilidade;

XI – os chefes de setor ou qualquer divisão organizacional;

XII – os gestores de contrato e engenheiros responsáveis por orçamento, contratos, obras, serviços ou fiscalização dos mesmos;

XIII – o controlador interno.

Processo TCE n. 124.321 (Acórdão n. 11.096/2019/Plenário)

demonstrativos apresentados, com a respectiva Certidão de Regularidade Profissional expedida pelo Conselho⁶.

c) prosseguindo, também foi enviado o **RELATÓRIO SINTÉTICO** dos decretos de abertura de créditos adicionais no qual **ESTÃO RELACIONADOS TODOS OS VALORES RELATIVOS ÀS ANULAÇÕES E SUPLEMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**, ressaltando-se, ademais, que tal relatório está em consonância com o demonstrado no Balanço Orçamentário;

d) com base nas informações contidas no tópico anterior, chegou-se à conclusão que o **ORÇAMENTO** previsto para o exercício de 2016, o qual foi aprovado pela Lei Estadual n. 3.098, de 29-12-2015, e estimava receitas e despesas no patamar de R\$ 1.261.966,86 (um milhão duzentos e sessenta e um mil novecentos e sessenta e seis reais e oitenta e seis centavos), **quedou prevendo, após suplementações e anulações⁷, uma dotação final de R\$ 1.276.724,33 (um milhão duzentos e setenta e seis mil setecentos e vinte e quatro reais e trinta e três centavos)**, tudo em conformidade com a Lei Orçamentária Anual;

e) as **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**, nos termos do artigo 176, da Lei n. 6.404/76, foram devidamente encaminhadas, as quais passarei a analisar:

e.1) o **BALANÇO PATRIMONIAL** evidenciou o Patrimônio Líquido em -R\$ 184.651.846,57 (cento e oitenta e quatro milhões seiscentos e cinquenta e um mil oitocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e sete centavos), sendo apurado no exercício em análise o prejuízo de R\$ 2.929.486,57 (dois milhões novecentos e vinte e nove mil quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e sete centavos)⁸, consoante o **DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**, estando a Unidade com prejuízos acumulados de R\$ 209.240.214,31 (duzentos e nove milhões duzentos e quarenta mil duzentos e catorze reais e trinta e um centavos);

⁶ Art. 10 O arquivo contendo a remessa mensal de dados deverá ser assinado digitalmente pelo titular dos poderes, órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta, estadual e municipal, inclusive os fundos instituídos e mantidos pelo poder público, bem como profissional responsável pela contabilidade e controlador interno.

§ 1º Todos os demonstrativos contábeis deverão conter a assinatura, o nome do profissional responsável, bem como o número de seu registro profissional regular junto ao Conselho Regional de Contabilidade.

⁷ Suplementações: R\$ 60.757,47;

Anulações: R\$ 46.000,00;

⁸ Superou 23,50% (vinte e três vírgula cinquenta por cento) o prejuízo do exercício anterior e corresponde a Receita (R\$ 1.126.114,91) – Despesas (R\$ 4.053.567,50);

Processo TCE n. 124.321 (Acórdão n. 11.096/2019/Plenário)

e.2) pelo **SALDO BANCÁRIO E CONCILIAÇÕES**, apurado nos termos do item IV do Anexo X do Manual de Referência, 3ª edição, da Resolução/TCE n. 87/2013, verificou-se que o saldo do exercício de 2016 foi de R\$ 3.029,21 (três mil vinte e nove reais e vinte e um centavos);

f) prosseguindo, no tocante aos **DEMONSTRATIVOS DAS CONCESSÕES E COMPROVAÇÕES DOS SUPRIMENTOS DE FUNDOS e DAS DIÁRIAS**, bem como do **INVENTÁRIO DOS BENS MÓVEIS⁹** e **RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DO ALMOXARIFADO**, foram apresentados de acordo com o previsto nos itens XI, XII, XIII e XIV, do Anexo X da Resolução-TCE n. 87/2013 (3ª edição do Manual de Referência);

g) quanto aos **DEMONSTRATIVOS DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS, DOS RECURSOS RECEBIDOS E CONCEDIDOS, DAS OBRAS CONTRATADAS, DAS DIÁRIAS**, previstos nos itens VII, VIII, IX, X, XII, do Anexo X da Resolução-TCE n. 87/2013 (3ª edição do Manual de Referência), foram apresentadas declarações de “nada consta”, consoante o disposto no § 3º do artigo 2º da mencionada norma¹⁰;

h) por fim, no que diz respeito ao **PARECER** emitido pelo Conselho Fiscal, foi atendido o previsto no item XXII do Anexo X da Resolução-TCE n. 87/2013.

3. Assim, ante o exposto, **VOTO**, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93¹¹, pela:

3.1) APROVAÇÃO da PRESTAÇÃO DE CONTAS do BANCO DO ESTADO DO ACRE S/A - BANACRE, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade da **SRA. MARIA LÍDIA SOARES DE ASSIS**, considerando-a **REGULAR**, e

3.2) REMESSA dos autos ao ARQUIVO, após as formalidades de estilo.

4. É como **VOTO**.

5. Rio Branco, 24 de janeiro de 2019.

Conselheira DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO
Relatora

⁹ No valor de R\$ 2.218,35 (dois mil duzentos e dezoito reais e trinta e cinco centavos). Não há bens imóveis;

¹⁰ § 3º Deverão ser apresentadas “Declaração de Nada Consta”, no caso da inexistência de qualquer dos itens exigidos nos Anexos de I a VIII do Manual de Referência e “Notas Explicativas” nos casos apontados no art. 11 desta Resolução;

¹¹ Art. 51 - As contas serão julgadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos financeiros ou contábeis, e a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão responsável;

Processo TCE n. 124.321 (Acórdão n. 11.096/2019/Plenário)